

## **Relatório Paralelo ao 3º Relatório de Estado do Brasil sobre a Implementação do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**

### **Violações de direitos humanos sociais: o direito à alimentação de agricultores e consumidores brasileiros**

Apresentado por Dr. Antônio Andrioli e Via Campesina Brasil

Contato:

Dr. Antônio Andrioli, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)  
Rua Marechal Bormann, 451, apto. 402  
CEP 89810-010 Chapecó – SC (Brasil)  
Telefone: +55 49 999814 9388

Via Campesina Brasil  
SDS, Qd 6, Bl A, Edifício Carioca, sala 311  
CEP 70325-900 – Brasília – DF (Brasil)  
Telefone: +55 61 33225424

Christiane Lüst, Aktion GEN-Klage  
Berengariastr. 5, 82131 Gauting (Alemanha)  
Telefone: 0049 89 893 11 054

As informações apresentadas neste documento concentram-se na intensificação continuada de um desenvolvimento global muito preocupante: o uso de organismos geneticamente modificados (OGMs) na agricultura e suas consequências, desde nosso último relatório em março de 2009. Isso continuou a se expandir no Brasil, apesar de nossa apresentação e das observações finais subsequentes — que nunca foram implementadas. As consequências pioraram, resultando, entre outras, no aumento de 14 milhões de pessoas atingidas pela fome em 1 ano para 33,1 milhões; no aumento drástico da falta de terra e dos problemas de saúde; e na contaminação e inutilização dos recursos naturais, como fontes de água e rios. O desmatamento da floresta nativa, usada principalmente para novas áreas de cultivo de soja, atingiu o ponto de inflexão climática. Se ele for ultrapassado com mais desmatamento para a exportação de grãos, destruirá de maneira definitiva os “pulmões” do Planeta e, com isso, a base da vida para todos.

O Brasil, em particular, é um dos países mais afetados pelas consequências da agricultura transgênica em todo o mundo. O País é o maior produtor mundial de soja e estima-se que, atualmente, 95% desse cultivo seja com sementes geneticamente modificadas. A introdução da transgenia — especialmente da soja transgênica — trouxe o aumento drástico de muitas consequências negativas para os pobres e para as pessoas envolvidas na agricultura. As crescentes taxas de exportação e um aumento de 180% nas invasões de terras indígenas, principalmente por grandes corporações que investem no Brasil, aumentaram ainda mais a pobreza e tornaram os agricultores cada vez mais dependentes do apoio das multinacionais produtoras de sementes.

Estamos muito preocupados com esse desenvolvimento, que continuará aumentando com as novas medidas planejadas pelo governo brasileiro para expandir ainda mais a agricultura

transgênica e, associada a isso, a conclusão do acordo de livre-comércio da União Europeia (UE) com o Mercosul.

Como consequência desse desenvolvimento de OGMs, os direitos dos povos à autodeterminação, o direito à alimentação e o direito à saúde no Brasil continuam sendo violados em grande escala.

É por isso que solicitamos ao governo brasileiro que:

- proíba legalmente o uso de transgênicos na agricultura do Brasil;
- interrompa imediatamente o desmatamento das florestas;
- garanta o acesso a alimentos, água potável e saúde para as pessoas mais pobres por meio de medidas urgentes;
- introduza a rotulagem de produtos livres de transgênicos para garantir a liberdade de escolha;
- garanta o acesso a sementes crioulas e não patenteadas (livres de OGMs e reutilizáveis todos os anos sem custo adicional);
- garanta a posse da terra para pequenos agricultores e povos indígenas;
- assegure que os pequenos agricultores e as pessoas pobres possam cultivar suas terras sem a contaminação genética de seus vizinhos e sem a contaminação química do ar e da água pela pulverização de agrotóxicos das plantações transgênicas;
- implemente a reforma agrária por meio da desapropriação de áreas em troca das dívidas dos grandes proprietários de terras, reduzindo a drástica proporção entre ricos e pobres e, assim, garantindo novamente a soberania alimentar;
- interrompa imediatamente o acordo de livre-comércio da UE com o Mercosul, pois ele levará a um agravamento ainda maior dos pontos mencionados.

Solicitamos ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que 1) expresse sua preocupação com as violações de direitos econômicos, sociais e culturais causadas pelo uso de soja transgênica no Brasil; 2) acolha as novas preocupações manifestadas em decorrência de um possível acordo comercial da UE com o Mercosul; 3) manifeste recomendações ao governo brasileiro para cessar imediatamente essas violações de direitos humanos.

Hamburgo, 1º de agosto de 2023.

Dr. Antônio Andrioli  
UFFS

Anderson Amaro Silva dos Santos  
Via Campesina Brasil

Christiane Lüst  
Aktion GEN-Klage

## Sumário

1. Introdução
2. A situação no Brasil: motivos das violações dos direitos humanos
3. Violações do direito à alimentação (Artigo 11 do Pidesc)
4. Violações do direito à saúde (Artigo 12 do Pidesc)
5. Violações do direito das pessoas à autodeterminação (Artigo 1º do Pidesc)
6. Medidas para garantir os direitos dos agricultores e dos consumidores

### 1. Introdução

No Brasil, muitos problemas se agravaram nos últimos 14 anos, desde os relatórios apresentados em 2009. Com o golpe de Estado de 2016, o País mergulhou em uma crise política crescente, com sucessivos governos concentrando-se fortemente no desmantelamento de programas sociais e na expansão das exportações agrícolas. Os resultados dessas políticas incluem o aumento do desemprego, da concentração de terras, da pobreza e, por último, mas não menos importante, o retorno do País ao Mapa da Fome da ONU.

“Uma organização ambiental acusou o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, de destruir a floresta amazônica perante o Tribunal Penal Internacional. A iniciativa austríaca AllRise explicou que o desmatamento estava causando grandes danos regionais e provocando um impacto no clima global. Ela acusa Bolsonaro de crimes contra a humanidade. O relatório de 300 páginas documenta a destruição de milhões de meios de subsistência, a devastação de regiões, a fome, a fuga, o deslocamento de pessoas e milhares de mortes. Durante o governo de Bolsonaro, o desmatamento da floresta tropical aumentou em 88% ao mês. Diversas ações judiciais foram movidas contra o presidente brasileiro em Haia. O líder indígena e ativista ambiental Raoni Metuktire acusa Bolsonaro dos mais graves crimes contra os povos indígenas.” (*Brasil: processo contra Bolsonaro no tribunal penal mundial*, *Süddeutsche Zeitung*, Munique, 12 de outubro de 2021, p. 18–49).

O Brasil é conhecido há muito tempo por sua acentuada desigualdade social mas também por seus enormes recursos naturais e climas muito diversos, que produziram uma enorme biodiversidade e permitem o cultivo de quase todas as plantas. No entanto, a estrutura econômica é cada vez mais dominada pelas exportações agrícolas, que têm base em monoculturas como café, soja e cana-de-açúcar. Assim, o País tem se tornado cada vez mais conhecido pelo desmatamento, pela concentração de terras, pela corrupção, pelo uso de agrotóxicos e pela expulsão de povos indígenas.

“O uso crescente de agrotóxicos também está relacionado à expansão de monoculturas como a soja, cuja produção aumentou para 57% da terra cultivável do Brasil em 2020. Ela é exportada para a Europa e para a China e, por sua vez, ameaça a subsistência das comunidades rurais e dos povos indígenas, que estão cada vez mais empobrecidos, famintos e sendo expulsos de suas terras.” (Knirsch, Jürgen: *Greenpeace detecta agrotóxicos proibidos em frutas da UE provenientes do Brasil/Acordo comercial entre a UE e o Mercosul ameaça impulsionar o acordo de agrotóxicos*. Greenpeace, Hamburgo, 21 de maio de 2021).

O desmatamento contínuo nas áreas de floresta tropical brasileira e a agricultura intensiva nas áreas de savanas ricas em biodiversidade no Oeste brasileiro estão sendo ainda mais incentivados por investidores que, entre outras ações, cultivam soja transgênica em larga escala e a preços baixos para o mercado mundial.

Enquanto as condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar são desumanas, no cultivo da soja brasileira, o foco está nos danos consequentes do uso de agrotóxicos para os trabalhadores e para a população das áreas rurais.

A diversidade de recursos naturais e as mais variadas condições edafoclimáticas poderiam fazer do Brasil um dos mais importantes produtores de alimentos saudáveis, o que garantiria boa vida para os pequenos agricultores e dieta saudável para a população nos mercados regionais com preços acessíveis. Mas o que acontece é o contrário: no Cerrado, por exemplo, em vez de pastagem sustentável com gado, a valiosa savana rica em espécies está sendo desmatada e a cana-de-açúcar e a soja estão sendo cultivadas em larga escala. A terra está nas mãos de grandes proprietários e a população rural foi expropriada em muitos casos. A política de exportação brasileira a preços baratos — com a qual a UE, entre outros, se beneficia — se tornou possível somente dessa forma.

De acordo com as estimativas, a UE ainda é o segundo maior comprador de produtos agrícolas brasileiros, depois da China, com uma participação de cerca de 40%.

“Em 2023, espera-se que o Brasil colha até 153 milhões de toneladas de soja. Isso representa 23,5 milhões de toneladas a mais do que no ano anterior. Com uma expansão de área de 1,9 milhão de hectares para 43,4 milhões de hectares, o Brasil pode fortalecer-se ainda mais em sua posição de liderança à frente dos EUA.” ([www.keine-gentechnik.de/nachricht/34733](http://www.keine-gentechnik.de/nachricht/34733), acessado em 19 de fevereiro de 2023).

Esperamos que o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais recomende medidas para acabar com a concentração de terras e com a fome e ajude a fazer valer os direitos das pessoas, conforme está previsto no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Culturais e Sociais (Pidesc).

## **2. A situação no Brasil: motivos das violações de direitos humanos**

Quantas pessoas são afetadas no Brasil?

O Brasil é o quinto maior país do mundo e representa 47% do continente sul-americano. Nele, mais de 83% da população, que agora chega a 210 milhões, vive em cidades e a taxa de crescimento urbano aumenta 3% ao ano. O continente brasileiro tem uma área de cerca de 600 milhões de hectares (registrados), destes, 350 milhões são propriedades privadas, em que 62,4% da terra é improdutiva; e 64 milhões de hectares são de uso agrícola, 57% dos quais são cultivados com soja.

Concentração de terras:

– Apenas 1% das propriedades rurais representa 46% das terras registradas no Brasil. Em torno de 2 mil grandes proprietários de terras possuem mais de 10 mil hectares e 4.236 destes possuem 85 milhões de hectares.

– No caso dos pequenos agricultores, 47% daqueles com menos de 10 hectares têm 2% das terras registradas.

(Andrioli, Antônio: *A situação dos direitos humanos no Brasil sob o governo Lula*, EineWeltHaus, Munique, 4 de maio de 2023).

O Brasil, em particular, é um dos países mais afetados por violações de direitos humanos em todo o mundo. É um dos maiores fabricantes de produtos agrícolas geneticamente modificados e responsável por cultivar soja transgênica em larga escala, com 37% do uso de agrotóxicos relacionados à essa produção.

“O Brasil está entre os países com o maior uso de agrotóxicos do mundo. Em 2018, foram registradas vendas de US\$10,8 bilhões, 20% a mais do que no ano anterior. O responsável por esse crescimento desproporcional é o modelo agrícola industrial, que vem sendo cada vez mais seguido desde o final da década de 1990 e se baseia no uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos sintéticos e sementes geneticamente modificadas.

O aumento do uso de agrotóxicos e a expansão do cultivo de plantas geneticamente modificadas estão intimamente ligados: as sementes transgênicas são, em sua maioria, resistentes a um ou mais agrotóxicos. Isso significa, por exemplo, que os herbicidas usados não afetam diretamente a cultura, mas apenas as “ervas daninhas” e podem ser usados em larga escala. As sementes geneticamente modificadas geralmente são vendidas pelo mesmo fabricante em uma embalagem combinada com os agrotóxicos associados.

Entre 2000 e 2018, o consumo de agrotóxicos no Brasil mais do que triplicou, passando de 162.000 para cerca de 549.000 toneladas. Após a posse do presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro em janeiro de 2019, os obstáculos para a aprovação foram flexibilizados significativamente. Bolsonaro autorizou mais agrotóxicos do que qualquer governo anterior em um período comparável.

Quase um terço dos mais de 3.000 pesticidas comercializados no Brasil recebeu aprovação nos últimos dois anos. Desde a nomeação de Tereza Cristina Correa, ex-líder da bancada ruralista, como ministra da agricultura, 967 ingredientes ativos foram aprovados. Somente em 2020, foram 493, incluindo vários produtos proibidos na UE.

Além disso, há o chamado “pacote do veneno”, um projeto de lei que vem sendo discutido há vários anos e que inclui, entre outros aspectos, a substituição do termo “agrotóxico” por “fitossanitário”. Ele prevê que os controles existentes sejam relaxados e que as aprovações sejam futuramente concedidas apenas pelo Ministério da Agricultura e não mais pelo Ministério da Saúde. Além disso, várias outras reformas foram promulgadas para simplificar o uso de agrotóxicos. Por exemplo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) introduziu novos critérios para a avaliação, classificação e rotulagem toxicológica de agrotóxicos em 2019.

Mais de 600 agrotóxicos extremamente prejudiciais foram posteriormente rebaixados para categorias inferiores. Por exemplo, 93 produtos à base de glifosato foram classificados como produtos de risco reduzido (...). Os agrotóxicos também são frequentemente usados diretamente para expulsar comunidades indígenas ou rurais.” (FoodFirst 3/2021: *Agrotóxicos e direitos humanos — Brasil: explosão do uso de pesticidas*, p. 8).

“Deve-se dizer, no entanto, que com base em minha experiência como membro (...), a realidade na aprovação geral de organismos geneticamente modificados no Brasil está longe do que os consumidores confiam (...). Ao contrário do que dispõe o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, na Seção IV, não são apresentados estudos prévios de impacto ambiental para comprovar a ausência de riscos ao meio ambiente (...) foram poucas as ocasiões em que os estudos elaborados pelas empresas foram minuciosamente comparados com estudos independentes (...). Nas ocasiões em que apresentei estudos de autoria independente (...) a maioria dos membros (...) geralmente os rejeitava ou simplesmente os ignorava. Esse tipo de atitude, somada ao fato

de que a maioria dos membros da CTNBio são pesquisadores no campo da biotecnologia, que, portanto, estão potencialmente interessados em aprovar esse tipo de tecnologia para suas próprias pesquisas (...) do ponto de vista jurídico, posso dizer que a maioria das decisões tomadas na CTNBio (...) violam pelo menos três princípios do direito ambiental. Por essas e outras razões (...) concluo (...) que os agricultores não se beneficiarão com essa tecnologia. Pelo contrário, eles estão se tornando cada vez mais dependentes e ameaçados como produtores, o que aumenta o êxodo rural, a concentração de terras, a pobreza e a fome. Isso prejudica as áreas rurais e, conseqüentemente, todo o país, ameaçando o futuro desta nação que queremos continuar chamando de soberana.” (Trecho da carta de despedida de Antônio Andrioli da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança [CTNBio], em 5 de outubro de 2017).

### **3. Violações do direito à alimentação (Artigo 11 do Pidesc)**

“Os tempos pioraram, especialmente sob o governo Bolsonaro (...). Atualmente, 33 milhões de pessoas no Brasil sofrem de insegurança alimentar grave. 125 milhões estão passando por alguma forma de insegurança alimentar.” (FoodFirst 1/2023, FIAN Mundial, p. 19).

“Hoje, uma em cada três pessoas tem acesso inadequado a alimentos. As fontes de água e as terras para o cultivo de produtos básicos estão sendo destruídas pelo agronegócio (...). As decisões políticas também alimentam a fome (...). “O governo atual destruiu as estruturas que anteriormente protegiam com sucesso contra a fome.” (Carta da FIAN Alemanha de setembro de 2022 sobre a situação atual no Brasil).

#### **Dependência das corporações**

A existência de pequenos agricultores, como produtores individuais, é dificultada pelo uso de transgênicos na agricultura, na medida em que eles são forçados, pela contaminação genética crescente, a seguir a estratégia das corporações agrícolas. Isso aprofunda a dependência, o endividamento e o empobrecimento desses trabalhadores, cuja exclusão do processo de produção aprofunda a concentração de terras, acelera o êxodo rural e aumenta o número de pessoas sem terra e, ao mesmo tempo, desempregadas, uma tendência que contribui fortemente para a crescente desigualdade no Brasil. Os agricultores que ainda produzem em pequenos lotes de terra no País serão os mais afetados pela disseminação das culturas transgênicas. Se eles se adaptarem à nova tecnologia, se tornarão ainda mais dependentes das corporações; se resistirem, há o risco de que suas terras sejam contaminadas pelos cultivos transgênicos de seus vizinhos, impossibilitando-os de produzir variedades convencionais. A privatização dos recursos naturais e do conhecimento em benefício das multinacionais do agronegócio e dos grandes proprietários de terras aprofunda a desigualdade social.

A produção de soja está afetando cada vez mais os pequenos agricultores em suas terras, e essa é agora a realidade mais dramática em todo o continente latino-americano. A transgenia está acelerando a exclusão dos pequenos agricultores, aumentando sua dependência a insumos e levando à destruição dos recursos naturais.

#### **Custos mais altos, mais veneno e rendimentos mais baixos**

A soja transgênica cria custos adicionais na forma de taxas de patentes, e já foi demonstrado que ela é de 5 a 10% menos produtiva do que a soja convencional. Os custos da semente são, em média, 40% mais altos do que os da semente convencional.

Os estudos e a experiência prática mostram que a produtividade da soja transgênica é, em média, de 2 a 8% menor do que a da convencional, enquanto os rendimentos da soja convencional foram de 5 a 22% maiores. A experiência é a mesma do que em qualquer outro lugar do mundo: as variedades não são adaptadas às condições alteradas de solo e clima. Foram observadas menor germinação, floração prematura e baixo crescimento na cultura geneticamente modificada e isso levou a uma redução em seu rendimento em comparação com as variedades convencionais. As promessas do setor — mais rendimento e, portanto, mais renda para os agricultores — não se concretizaram em lugar algum, pelo contrário. Os agricultores que foram forçados a mudar seus cultivos por causa da contaminação ou por terem acreditado nas promessas, na maioria das vezes, até perderam suas terras porque não podiam mais pagar suas dívidas pelas sementes caras e pelo aumento do uso de agrotóxicos, resultando na inviabilidade econômica das suas propriedades rurais.

### **Exportações em vez de autossuficiência**

O Brasil é o maior exportador de soja e um dos países agrícolas mais ricos do mundo. Os agricultores produzem cada vez mais para a exportação, o que limita sua autossuficiência. O cultivo para suas próprias necessidades está sendo reduzido e, paulatinamente, substituído pela produção para o mercado. Grandes territórios de floresta nativa estão sendo desmatados, as pessoas que vivem na floresta e os pequenos agricultores são expulsos à força de suas terras ou assassinados por milícias paramilitares dos grandes proprietários de terras a fim de obter mais espaços de plantio.

### **As culturas transgênicas impossibilitam o cultivo doméstico e contaminam a água potável**

A contaminação causada pelo cultivo transgênico torna os campos vizinhos de regiões inteiras inutilizáveis para o cultivo doméstico. O Canadá, por exemplo, foi completamente contaminado depois de 10 anos da introdução da colza transgênica. O cultivo de colza livre de transgênicos e de diferentes variedades de vegetais, bem como a produção de mel, não é mais possível naquele País e nunca mais será, pois a contaminação dos recursos genéticos é irreversível.

Ao pulverizar os campos com herbicidas, principalmente a partir de aviões, os campos e os vilarejos vizinhos também são atingidos, o que causa graves danos à saúde de pessoas e animais e destrói todas as outras plantas. Isso significa que os agricultores não podem mais cultivar seus próprios vegetais perto das áreas de plantio de soja transgênica. Os animais domésticos e o gado também correm risco e, além disso, há o envenenamento das fontes de água.

Isso prova que o futuro agrícola está na agricultura orgânica e não no cultivo de plantas geneticamente modificadas. O governo brasileiro deve, portanto, proibir imediatamente o uso de transgênicos, a fim de garantir a subsistência de seus agricultores e impedir a contaminação genética.

Artigo 11, inciso 2 do Pidesc:

- a) “Melhorar os métodos de produção, preservação e distribuição de alimentos, utilizando plenamente os conhecimentos técnicos e científicos, (...) e desenvolvendo ou reformando os sistemas agrícolas (...) com o objetivo de desenvolver e utilizar as fontes naturais de assistência da forma mais eficaz possível”;
- b) “Assegurar uma distribuição equitativa dos alimentos do mundo de acordo com as necessidades, levando em conta os problemas dos países importadores e exportadores de alimentos.”

Em 1999, a introdução da soja transgênica no Brasil foi intensificada. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, cultivos transgênicos só podem ser liberados se houver estudos e relatórios sobre seus efeitos no meio ambiente que comprovem a inexistência de danos à natureza. A liberação da soja transgênica, portanto, viola a constituição e três princípios do direito ambiental, a saber: a precaução, a sustentabilidade e a responsabilidade por danos.

Mais florestas nativas estão sendo destruídas para o cultivo de soja. Após poucos anos de cultivo de soja transgênica, o resultado deixado são grandes áreas de desertos, nos quais nada mais cresce (atualmente, uma área maior do que a França).

A Amazônia, cuja maior parte está no Brasil, é a maior área de floresta tropical da Terra e responsável por 20% do oxigênio do mundo. “Com Bolsonaro na presidência do país, o desmatamento se acelerou. Entre 1º de agosto de 2019 e 31 de julho de 2021, a Amazônia perdeu 34.000 km<sup>2</sup> de floresta. Isso é 52% a mais do que nos três anos anteriores. Estima-se que 18% da Amazônia brasileira já esteja desmatada. Se o desmatamento chegar a 20–25%, a área florestal pode passar por um ponto de inflexão (...) Parte da bacia amazônica secaria irreversivelmente.” (*O triste registro de floresta tropical de Jair Bolsonaro*, Pressenza, 23 de outubro de 2022).

Em 2022, o desmatamento brasileiro representou 11 mil quilômetros quadrados. (Andrioli, Antônio: *A situação dos direitos humanos no Brasil sob o governo Lula*, EineWeltHaus, Munique, 4 de maio de 2023).

O solo da região amazônica não é adequado para o cultivo de soja, por isso, nutrientes necessários a esse grão são adicionados de forma artificial com a adubação química. As regulamentações ambientais são ainda mais enfraquecidas e redes criminosas são incentivadas, as quais promovem o desmatamento e ameaçam com violência protetores florestais e povos indígenas. Nos últimos anos, houve um aumento de 180% em ocupações de terras indígenas.

Atualmente, os povos indígenas reivindicam 832 territórios, destes, 598 territórios indígenas estão sem nenhuma ação do Estado para legalização, 144 estão aguardando a conclusão de estudos de identificação, 44 aguardam ordens declaratórias do Ministério da Justiça e 77 esperam um decreto de homologação (Andrioli, Antônio: *A situação dos direitos humanos no Brasil sob o governo Lula*, EineWeltHaus, Munique, 4 de maio de 2023).

Em 30 de maio de 2023, esses processos foram interrompidos em uma decisão parlamentar recente. Isso significa que os habitantes da floresta continuam sendo privados de seus meios de subsistência em grande escala. Eles agora só têm a opção de se mudar para as favelas das grandes cidades e viver em condição de pessoas sem-terra. O uso de recursos naturais e, portanto, os meios de subsistência dos habitantes continuam sendo irrevogavelmente destruídos em benefício dos lucros de algumas grandes corporações agrícolas.

O acordo de livre-comércio com o Mercosul exacerba enormemente essa situação: 50% a mais de carne destinada à exportação significa, por analogia, mais desmatamento para a criação de novas pastagens no cumprimento de cotas previstas para a exportação sem taxas alfandegárias.

O governo brasileiro continua dependendo do aumento de exportações e a possibilidade de autossuficiência para os brasileiros é cada vez mais reduzida. O Brasil é, portanto, um dos países agrícolas mais ricos do mundo e, ainda assim, sua população está passando fome. As receitas

enormes e crescentes são usadas para cobrir dívidas ou para enriquecer a Monsanto e outros gigantes do agronegócio, bem como grandes proprietários de terras. Elas, contudo, não beneficiam a população brasileira, pelo contrário, mais exportações conduzem a mais fome e a pessoas sem-terra. Atualmente, 33,1 milhões de brasileiros passam fome (15% da população) e a insegurança alimentar é maior nas áreas rurais! (Andrioli, Antônio: *A situação dos direitos humanos no Brasil sob o governo Lula*, EineWeltHaus, Munique, 4 de maio de 2023).

A Europa importa 90% da soja consumida no País do exterior, 40% dela vem somente do Brasil — em sua grande maioria, serve para alimentar animais — e, no Brasil, os números da fome estão aumentando. Lavouras de milho e trigo brasileiras estão sendo queimadas para aquecimento urbano ou as terras estão sendo deixadas em pousio, subsidiadas pela UE. As propriedades rurais estão sendo drasticamente reduzidas a cada ano porque as enormes quantidades importadas tornam o cultivo local pouco rentável. Ao final, os contribuintes precisam arcar com as consequências desse modelo agrícola, como o aumento do desemprego, etc.

Assim, esse sistema de distribuição prejudica os agricultores locais em todo o mundo. Os únicos beneficiados na Europa são as corporações agrícolas. Se os agricultores locais de cada país tivessem maior apoio para produzir para seu próprio sustento ou para o abastecimento de seu país, todos sairiam ganhando.

A maioria dos consumidores rejeita a soja transgênica. Na Europa, mais de 80% dos consumidores não aceitam alimentos transgênicos, e pesquisas no Brasil mostraram o mesmo. Portanto, o governo brasileiro faria bem em proibir a soja transgênica e em apoiar o cultivo da soja convencional — uma fonte de renda mais segura em longo prazo.

Com o acordo de livre-comércio com o Mercosul e seu aumento planejado de 50% nas exportações de carne (alimentada com soja transgênica) do Brasil para a Europa, a fome, a falta de terra e o desmatamento estão aumentando, assim como a falência de pequenos agricultores europeus, que não conseguem mais acompanhar as importações baratas subsidiadas do exterior. O aumento das monoculturas no Mercosul também reduz o acesso à água limpa (mais soja sendo produzida no atual modelo representa maior uso de agrotóxicos).

A população mundial poderia ser facilmente saciada com os rendimentos existentes se eles fossem distribuídos de maneira adequada. Isso precisa ser resolvido, mas a transgenia na agricultura e na produção de alimentos continua a exacerbar esse conflito. As experiências na Argentina, no Brasil, na Índia, no Canadá, no Panamá e em outros países mostram exatamente o mesmo desenvolvimento: os transgênicos produzem mais fome.

### **Conclusões:**

A fim de melhorar os métodos de produção e de distribuição dos alimentos ou de desenvolvimento e garantia efetiva do uso de fontes naturais de ajuda em longo prazo, solicitamos ao governo brasileiro que proíba o uso de transgênicos, que interrompa o acordo do Mercosul com a UE e que promova uma distribuição justa dos alimentos disponíveis.

### **4. Violações do direito à saúde (Artigo 12 do Pidesc)**

Nenhum país do mundo usa tanto agrotóxico quanto o Brasil. Anualmente, por pessoa, o uso desses produtos aumenta em 7%, enquanto a produção agrícola cresce apenas 3,5%. Dos agrotóxicos usados no Brasil, 44% não são autorizados na EU, mas, por trás de seu uso, estão

os enormes interesses de corporações europeias. A promissora expansão de cultivos transgênicos triplicou o uso desses agrotóxicos em 10 anos.

“O Ministério da Agricultura do Brasil está voltado para a exportação e não considerou muitos riscos nos últimos anos. A ministra da Agricultura nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro, Tereza Cristina, reaprova 503 agrotóxicos em seu primeiro ano no cargo. O Greenpeace estima que no Brasil são usados pelo menos 149 produtos proibidos na eu (...), a pressão do lobby das corporações químicas produtoras de transgênicos é grande, pois com um faturamento de cerca de 85 bilhões de dólares por ano, o mercado global de agrotóxicos é um fator econômico enorme. Em torno de 15 bilhões de dólares (...) são movimentados com substâncias altamente perigosas.” (<https://www.zeit.de/wirtschaft/2023-04/gefaehrliche-pestizide-eu-export-basf-syngenta>, acessado em 25 de abril de 2023).

O acordo comercial da UE com o Mercosul tem como objetivo facilitar a importação de agrotóxicos da Europa e a exportação de carne e de ração animal da América Latina por meio da redução das tarifas alfandegárias, o que deve aumentar ainda mais as suas vendas. As gigantes químicas alemãs Bayer e BASF, em particular, se beneficiarão com isso.

“Mais de dois terços dos ingredientes ativos vendidos por empresas alemãs no Brasil são classificados como agrotóxicos altamente perigosos (...) O uso de agrotóxicos no Brasil tem consequências devastadoras para a população, o meio ambiente e a biodiversidade.” (Knirsch, Jürgen: *Greenpeace detecta agrotóxicos proibidos em frutas da UE provenientes do Brasil/O acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul ameaça impulsionar o acordo de veneno agrícola*. Greenpeace, Hamburgo, 21 de maio de 2021).

“As comunidades indígenas e agrícolas são as mais afetadas pelo envenenamento da água, do ar, do solo e dos alimentos. Mas o aumento do uso de agrotóxicos também tem a ver com a expansão de monoculturas como a soja, cuja produção subiu para 57% da terra cultivável do Brasil em 2020.” (*Campeão Mundial de Pesticidas. Agrotóxicos: uma das principais causas de câncer no Brasil*. Greenpeace, Hamburgo, 5 de maio de 2021).

O Instituto Nacional de Câncer (Inca) afirma que o Brasil deverá registrar cerca de 600 mil novos casos de câncer por ano surgidos entre 2018 e 2019. Nesse mesmo cenário, inúmeros estudos científicos nacionais e internacionais indicam que a intoxicação alimentar causada pela ingestão de resíduos de agrotóxicos está diretamente ligada ao aumento de doenças, entre as quais se destaca o câncer (...) os agrotóxicos têm causado sérios problemas de saúde pública. (<https://mst.org.br/2019/11/28/agrotoxicos-um-dos-principais-causadores-de-cancer-no-brasil>, acessado em 2 de maio de 2023)

São apenas as corporações e os grandes proprietários de terras que se beneficiam com essa política comercial da Europa. O meio ambiente, os agricultores e os consumidores de ambos os lados do Atlântico só têm a perder. Mais produtos químicos significam mais custos para os agricultores, muito mais lucro para as empresas químicas e muito mais danos ao meio ambiente e à saúde dos agricultores, dos consumidores e da população de toda a Europa. Esses fatos mostram ainda que o uso de culturas transgênicas, como a soja transgênica, e o acordo de livre-comércio com o Mercosul envolvem violações do direito humano à saúde e devem ser interrompidos pelo governo imediatamente.

## 5) Violações do direito das pessoas à autodeterminação (Artigo 1º do Pidesc)

“Com a introdução da transgenia os (...) agricultores perderam sua autodeterminação. Suas terras foram contaminadas (...) com todas as consequências negativas: colheitas destruídas e meios de subsistência destruídos.” (*www.thiele-und-thiele-consult.de/press Facts of Agro-Genetic Engineering*, acessado em 15 de novembro de 2006).

“Estar livre de OGMs é uma expressão de nosso direito fundamental à livre escolha de alimentos.” (Vandana Shiva em *Danger Genetic Engineering*, p. 231).

Para que os transgênicos fossem aceitos na agricultura, foi iniciada a tática de contaminar cada vez mais as lavouras com sementes contrabandeadas. A tática mais eficaz é a poluição genética global.

As variedades tradicionais de milho no Brasil estão contaminadas com construções transgênicas em grande escala. Isso foi comprovado por especialistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em um estudo recentemente publicado na revista *Plants*. De acordo com o estudo, foram encontrados transgênicos em um terço (34%) de cerca de mil amostras coletadas em 2018/2019 e 2020/2021, em estados do Leste e do Nordeste do País (*Milho geneticamente modificado contamina variedades tradicionais no Brasil*, Embrapa, 11 de março de 2022).

O inciso 2 do Pidesc prevê que: “Todos os povos podem dispor livremente de suas riquezas e recursos naturais para seus próprios fins — em nenhum caso um povo pode ser privado de seus meios de subsistência!”

Os agricultores desenvolveram variedades precisamente adaptadas às condições regionais por meio de tradições de milhares de anos e de métodos de cultivo praticados por muitas gerações. “A agricultura industrial já causou o desaparecimento de 75% dos nossos cultivos de alimentos. Na Índia, havia 30.000 variedades de arroz sendo cultivadas e hoje apenas dez desempenham um papel.” (*Genetic engineering: No hope for the hungry*. Greenpeace, Hamburgo, 1º de outubro de 2004).

Os agricultores estão se tornando dependentes de um setor. Esse é um exemplo moderno de uma nova forma de escravidão ou de colonialismo. Eles se tornam dependentes por meio de patentes das grandes corporações (com novas sementes todo ano) e o pagamento de *royalties*.

“Desde que Bolsonaro assumiu o cargo em 2018, as ocupações ilegais de terras indígenas dispararam em 135% (...) Somente em 2020, quase 10.900 quilômetros quadrados de floresta tropical foram desmatados. Essa foi a maior destruição da Amazônia nos últimos 12 anos (...). O desmatamento de 2022 continuou em ritmo recorde.” (*Bolsonaro's destruction package*. Ulrike Prinz, p. 9). Cinco projetos de lei seriam inconstitucionalmente aprovados — para legalizar o roubo de terras indígenas e impedir a demarcação dessas terras, bem como a aprovação de um “pacote de veneno” que, mais uma vez, aumentará o número de agrotóxicos permitidos.

## **6) Medidas para garantir os direitos dos agricultores e dos consumidores**

A liberação da soja transgênica, com todas as suas consequências, viola a Constituição Federal e três princípios do direito ambiental: a precaução, a sustentabilidade e a responsabilidade por danos. O Brasil deve ser forçado a cumprir as obrigações de sua própria constituição!

Portanto, as etapas a seguir são necessárias para garantir esses direitos:

- proibir os cultivos transgênicos na agricultura brasileira;
- introduzir a responsabilidade das empresas do agronegócio por todos os danos;
- garantir que os membros das comissões e dos grupos de tomada de decisão sejam independentes do setor de transgênicos e incluir organizações não governamentais (ONGs) nas comissões;
- garantir a agricultura sustentável e o fornecimento de alimentos;
- interromper imediatamente o desmatamento para preservar os meios de subsistência dos povos indígenas e dos pequenos agricultores;
- priorizar a agricultura de subsistência em detrimento da agricultura de exportação; proteger os recursos naturais, como lençóis freáticos/água potável e solos;
- implementar uma reforma agrária em favor dos pequenos agricultores e dos sem-terra;
- interromper imediatamente as novas negociações da UE com Mercosul!

Em resumo, está claro que o governo brasileiro não está cumprindo suas leis nacionais e a Constituição Federal do Brasil, bem como suas obrigações internacionais. Para o povo desse País, isso significa uma ameaça existencial e irreversível à sua saúde e à segurança alimentar. Os meios de subsistência de muitas pessoas estão ameaçados pela falta de intervenção do governo, o que leva a perdas totais, danos à saúde, à pobreza, ao êxodo rural e ao aumento da fome — com taxas de exportação e lucros crescentes em um dos países agrícolas mais ricos do mundo!

Portanto, exigimos do governo brasileiro o cumprimento dos direitos do Pidesc para todos os habitantes do Brasil e a interrupção de todas as medidas que atuam contra o povo e a favor do agronegócio.

Solicitamos ao Comitê que expresse claramente sua preocupação e exija que as violações dos direitos humanos dos agricultores no Brasil sejam interrompidas imediatamente para proteger as famílias brasileiras de mais danos e da fome.